

Em Tese

DE VIZINHOS PERIGOSOS A EXEMPLARES: A REPRESENTAÇÃO DA AMÉRICA LATINA NOS DISCURSOS DE PAULO GUEDES COMO COLUNISTA

From Dangerous Neighbors to Exemplary Cases: The Representation of Latin America in Paulo Guedes' Discourses as a Columnist

De Vecinos Peligrosos a Casos Ejemplares: La Representación de América Latina en los Discursos de Paulo Guedes como Columnista

Thaisa Ragone Azevedo

Doutoranda em Sociologia

Universidade Estadual de Campinas

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Campinas, Brasil

t260720@dac.unicamp.br

<https://orcid.org/0000-0003-1230-1399>



A lista completa com informações dos autores está no final do artigo



RESUMO

O artigo analisa a representação da América Latina nos discursos de Paulo Guedes enquanto columnista (2005-2016), buscando compreender os imaginários sociopolíticos que estruturam sua visão sobre a região. A pesquisa utiliza análise discursiva de suas colunas em grandes veículos de mídia, examinando referências ao neoliberalismo, ao socialismo bolivariano e à integração econômica regional. Os resultados indicam que Guedes constrói uma narrativa de excepcionalismo brasileiro, diferenciando o país de seus vizinhos e justificando um alinhamento com economias liberais. A investigação destaca como essa perspectiva influencia as políticas econômicas e as relações diplomáticas do Brasil na América Latina.

PALAVRAS-CHAVE: Neoliberalismo. Intelectual público. América Latina. Representação. Economia política.

ABSTRACT

This article analyzes the representation of Latin America in Paulo Guedes' discourses as a columnist (2005-2016), aiming to understand the sociopolitical imaginaries that shape his vision of the region. The research employs discourse analysis of his columns published in major media outlets, examining references to neoliberalism, Bolivarian socialism, and regional economic integration. The findings indicate that Guedes constructs a narrative of Brazilian exceptionalism, distinguishing the country from its neighbors and advocating alignment with liberal economies. The study highlights how this perspective influences Brazil's economic policies and diplomatic relations within Latin America.

KEYWORDS: Neoliberalism. Public intellectual. Latin America. Representation. Political economy.

RESUMEN

El artículo analiza la representación de América Latina en los discursos de Paulo Guedes como columnista (2005-2016), con el objetivo de comprender los imaginarios sociopolíticos que estructuran su visión sobre la región. La investigación utiliza el análisis discursivo de sus columnas en grandes medios de comunicación, examinando referencias al neoliberalismo, al socialismo bolivariano y a la integración económica regional. Los resultados indican que Guedes construye una narrativa de excepcionalismo brasileño, diferenciando al país de sus vecinos y justificando una alineación con economías liberales. La investigación destaca cómo esta perspectiva influye en las políticas económicas y en las relaciones diplomáticas de Brasil en América Latina.

PALABRAS CLAVE: Neoliberalismo. Intelectual público. América Latina. Representación. Economía política.

1. INTRODUÇÃO

O fenômeno dos intelectuais com posicionamento político de direita é, segundo Cepêda (2018), uma autoidentificação construída a partir das próprias obras desses autores, que atribuem sua escolha a experiências pessoais ou ao distanciamento dos princípios da esquerda. Esses intelectuais, qualificados para o debate e formados na área de humanidades com pós-graduação em instituições proeminentes, atuam no campo intelectual e acadêmico, desempenhando papel central na formação da opinião pública como intelectuais orgânicos, com suas produções circulando amplamente na mídia e nas redes sociais (Cepêda, 2018). Embora denominados de "nova direita", não formam um grupo monolítico, apesar de frequentemente adotarem discursos homogêneos em relação a algumas agendas (Cepêda, 2018; Chaloub; Perlatto, 2015).

Nesse contexto, um dos mote recorrentes é o discurso contrário à América Latina como pauta central da direita brasileira contemporânea (Chaloub, 2020). O tratamento da América Latina como um todo carece frequentemente de contextualização e ignora as especificidades nacionais. Por exemplo, embora Chile e Argentina tenham experiências inspiradas pelas teorias da Escola de Chicago, há traços que contradizem o projeto econômico, com diferenças sensíveis de temporalidade e amplitude das reformas (Dardot *et al.*, 2021).

Paulo Guedes, enquanto Ministro da Economia de Bolsonaro (2019-2022), construiu seu discurso sobre a adesão irrestrita à cultura norte-americana e a preocupação, desde o século XIX, quanto à "latino-americanização" do Brasil, que, segundo ele, levaria o país à desordem, anarquia e crise (Chaloub, 2020). Para além de sua atuação ministerial, Guedes formou-se em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), fez mestrado na Fundação Getúlio Vargas (FGV) e atuou em empresas como o Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), o Banco Pactual e a Bozano Investimentos. Sua experiência política remonta à sua breve atuação como professor na Universidade do Chile durante a ditadura de Augusto Pinochet (1973–1990), por apenas seis meses, sendo um dos Chicago Boys¹. No Brasil, coordenou o programa econômico de Guilherme Afif Domingos durante

¹ O apelido de "Chicago Boys" refere-se a um grupo de economistas formados em Chicago que, com apoio do empresariado e respaldo da repressão estatal, implementaram um modelo radical de liberalização econômica no Chile durante a ditadura de Pinochet (1973-1990). O termo "Chicago Boy" pressupõe mais do que o mero credenciamento acadêmico; ele designa um ethos tecnocrático, uma socialização intelectual intensa e uma vinculação político-institucional com projetos de transformação neoliberal autoritária. Ver mais em: ROJO, Sebastián Andrés Rumié. **Chicago Boys in Chile**: neoliberalism, expert knowledge, and the rise of a new technocracy. Revista mexicana de ciencias políticas y sociales, v. 64, n. 235, p. 139-164, 2019.

sua candidatura à Presidência da República em 1989 e auxiliou Luciano Huck em sua tentativa de construção de uma pré-candidatura presidencial no início dos anos 2020 (Gaspar, 2018).

Ademais, co-fundou o Instituto Millenium (IMIL), *think tank* que se destaca pela defesa de uma presença reduzida do Estado, com um modelo de atuação sem fins lucrativos. Seus textos, assim como os de outros autores referenciados pelo IMIL, passaram a ser publicados em colunas que divulgavam suas opiniões políticas e econômicas em veículos de grande alcance, como o jornal "O Globo" e à revista "Época".

Importa observar que Guedes não se limita ao papel de técnico ou especialista, mas atua como formador de opinião em colunas publicadas semanalmente em veículos de grande circulação, com claro objetivo de influenciar o debate público e moldar representações sociais sobre economia, Estado e política na América Latina. O economista opera no campo da disputa simbólica como um "intelectual público de direita" (Cepêda, 2018), articulando discursos que legitimam um projeto de sociedade baseado no "Estado mínimo", na desregulamentação econômica e na desqualificação das agendas sociais e redistributivas. Sua atuação é estratégica e dirigida à formação de consenso em torno do neoliberalismo radical, o que lhe confere a posição de mediador ideológico entre elites econômicas e o espaço público de circulação de ideias.

Esse trabalho investiga qual a referência de América Latina que Guedes adota para escrever suas colunas. Parte-se da leitura de seus discursos para indicar suas preocupações e anseios quando observa os regimes políticos e econômicos implementados pelos países vizinhos. Ressalta-se que não se trata de uma rejeição sistemática à totalidade da América Latina, mas da construção seletiva de um "outro latino-americano", que funciona como contraponto simbólico à identidade econômica e política que Guedes reivindica para o Brasil: racional, liberal e alinhado aos países centrais.

O corpus empírico analisado é composto por 609 (seiscentas e nove) colunas assinadas por Paulo Guedes entre 2005 e 2016, publicadas nos jornais O Globo e na revista Época. As colunas foram selecionadas com base em menções explícitas à América Latina, seus países, blocos econômicos regionais e experiências de integração ou conflito ideológico, totalizando 29 (vinte e nove) textos. A análise considerou a frequência, a distribuição temporal e os principais eixos temáticos de representação, com foco na construção discursiva da América Latina como espaço de exceção, ameaça ou contraste simbólico frente à racionalidade liberal promovida por Guedes.

2 INTELECTUAIS BRASILEIROS E A AMÉRICA LATINA

A relação dos intelectuais brasileiros com a América Latina foi marcada por uma construção discursiva que posicionava o Brasil como singular em contraposição aos seus vizinhos hispano-americanos, configurando a América Latina como o "outro". Esse olhar diferenciador buscava compreender e justificar as trajetórias históricas e políticas divergentes entre o Brasil e o restante do continente (Baggio, 2012).

O medo de que uma possível repercussão política dos regimes vigentes na América Latina, dada a aproximação geográfica, abarcasse o Brasil é recorrente desde o Império. À época, a separação pela instabilidade dos vice-reinados da América Hispânica justificou a centralização imperial brasileira para manter a ordem nacional (Chaloub, 2020). No final do século XIX e início do século XX, o pensamento dos intelectuais brasileiros foi profundamente influenciado pelo positivismo, pelo evolucionismo e pelo darwinismo social, correntes teóricas que sustentavam a ideia de que o Brasil deveria buscar sua inserção na modernidade afastando-se do destino trágico atribuído aos seus vizinhos. Joaquim Nabuco e Manoel Bomfim, por exemplo, refletiam sobre a necessidade de construir um projeto nacional que se diferenciasse do "caos" hispano-americano (Baggio, 2012).

A modernização do Brasil era vista como um caminho natural e necessário para superar o "atraso" e se aproximar do modelo liberal-democrático norte-americano (Baggio, 2012). Nessa representação do papel pedagógico do Estado, a experiência norte-americana já servia de exemplo (Chaloub, 2020). Nesse sentido, a América Latina foi frequentemente representada como um espelho invertido do Brasil. Enquanto os países hispano-americanos eram descritos como fragmentados e instáveis, o Brasil era enaltecido como um bastião de ordem e unidade. Assim, o Brasil construiu sua identidade nacional em oposição à América Hispânica, reafirmando sua singularidade como um país de "ordem e progresso"² em meio ao "caos" latino-americano (Prado, 2001; 1996).

² A expressão "ordem e progresso", inscrita na bandeira nacional desde a proclamação da República (1889), deriva da fórmula positivista de Auguste Comte: "o amor por princípio, a ordem por base, e o progresso por fim". No contexto da formação da identidade nacional brasileira, a apropriação dessa fórmula expressou uma concepção de modernidade vinculada à centralização do poder, à estabilidade institucional e ao ideal civilizatório de inspiração europeia. Essa ênfase na ordem e no progresso esteve historicamente associada à tentativa de diferenciação do Brasil em relação à América Hispânica, representada, no discurso dominante, como palco de instabilidade, revoluções e fragmentação. O lema, portanto, não apenas orientou simbolicamente o projeto republicano, como também se constituiu em elemento de distinção regional, conformando a imagem de um Brasil racional, pacificado e moderno frente ao "caos latino-americano" (Prado, 2001, p. 130-133).

Entre os intelectuais brasileiros, havia uma contraposição de posições na época. Eduardo Prado, em sua obra "A Ilusão Americana" (1894), criticava o pan-americanismo e defendia que o Brasil deveria se distanciar da influência norte-americana, destacando a singularidade nacional. Euclides da Cunha, em seus textos para jornais (1888-1892), defendia que a região latino-americana representava um território de lutas caudilhescas e de perpetuação do atraso, em contrapartida às possibilidades de progresso brasileiro (Baggio, 2012).

Os intelectuais brasileiros ressaltavam tanto as diferenças quanto as similitudes entre o Brasil e os demais países latino-americanos. A manutenção da monarquia até 1889, em contraste com as repúblicas hispano-americanas, foi interpretada como um fator de estabilidade e continuidade política. Manoel Bomfim, em "América Latina: males de origem" (1905), sublinhava a existência de processos colonizatórios análogos, mas destacava que as diferenças entre Brasil e os países vizinhos eram ainda mais acentuadas do que aquelas entre Portugal e Espanha (Baggio, 2012).

A experiência compartilhada da colonização ibérica, os desafios impostos pela modernização e a busca por uma identidade nacional criaram laços comuns, mas a ideia de uma identidade latino-americana compartilhada era frequentemente eclipsada pelo desejo de afirmar a singularidade brasileira. Maria Lígia Coelho Prado (2001) aponta que o Brasil era, e ao mesmo tempo não era, parte da América Latina, ocupando uma posição ambígua de pertencimento e distanciamento. Assim, a América Latina foi concebida como o "outro" em relação ao Brasil, uma construção discursiva que não apenas justificava as trajetórias políticas divergentes, mas também alimentava o imaginário nacional de excepcionalidade (Baggio, 2012).

Ademais, a centralidade de Simón Bolívar³ na memória política latino-americana contribuiu de forma ambígua para o imaginário regional a partir do século XIX. Figura complexa e contraditória, Bolívar liderou os processos de independência da Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia, articulando um projeto de unificação continental que ambicionava formar uma grande república hispano-americana. Contudo, seu pensamento

³ Simón Bolívar (1783–1830), conhecido como o "Liberador", foi a principal liderança das campanhas de independência no norte da América do Sul. Nascido em Caracas, Bolívar foi educado segundo ideais iluministas e inspirou-se nas revoluções atlânticas, especialmente na francesa. Atuou militar e politicamente na Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia, tornando-se o primeiro presidente da efêmera Grã-Colômbia. Apesar de sua defesa da independência e da liberdade frente ao domínio espanhol, Bolívar expressava profunda desconfiança quanto à democracia plena e à participação popular (Prado; Pellegrino, 2014).

político combinava elementos do liberalismo iluminista com um forte apego à ordem e à autoridade (Prado; Pellegrino, 2014).

Em textos como a Carta da Jamaica (1815) e o Discurso de Angostura (1819), Bolívar defendia a centralização do poder, a vitaliciedade presidencial e a contenção dos excessos democráticos. Esse projeto de “ordem republicana” não excluía a participação popular, mas subordinava-a a uma elite dirigente virtuosa e esclarecida, vista como condição para a estabilidade política dos novos Estados. No imaginário político contemporâneo, essas contradições foram apropriadas seletivamente: tanto a esquerda bolivariana quanto os críticos liberais evocam Bolívar como símbolo — uns da soberania e da integração, outros da ameaça caudilhesca e do autoritarismo camuflado (Prado; Pellegrino, 2014).

Apenas com o movimento de massificação da política brasileira no pós-1945 haveria um novo sentido de pertencimento do Brasil à América Latina, que, inclusive, permitia tensões mais intensas entre as posições à direita e à esquerda. A Guerra Fria acentuou a hostilidade quanto ao discurso trabalhista e comunista, que passa a ser tratado como inimigo interno, especialmente após a Revolução Cubana (Chaloub, 2020).

Motivadamente, o neoliberalismo, historicamente⁴, passou a ser vinculado, na América Latina, a sistemas ditoriais como a forma ideal de governo, pois facilitariam a implementação das medidas de liberalização econômica. No entanto, aos poucos, com o avanço dos ideais sociais e a consolidação da democracia, os mecanismos de opressão baseados em sistemas ditoriais passam a ser substituídos pela aplicação de tomadas do poder com a utilização de sistemas democráticos como plataforma, em uma mudança estratégica (Cepêda; Pinto, 2021).

Ainda assim, o que é possível observar através da inserção neoliberal na agenda política regional ao longo da História é que a sua fórmula importada é colocada como uma imposição a partir do momento em que passa a ganhar força a nível mundial. Esse plano passou a ser referência para as economias da América Latina, cujo modelo se intensificou a nível internacional, o que inclui o Brasil, que adere aos preceitos neoliberais, obrigado também pela necessidade de obter financiamento externo (Cepêda; Pinto, 2021).

⁴ Insere-se aqui uma importante conceituação acerca da diferenciação entre o liberalismo político e econômico introduzido na América Latina, em que esse último passa a ser a chave para o desenvolvimento econômico ao mesmo tempo em que a democracia é negligenciada. Isto é, a ideologia liberal aplicada à periferia passa a abandonar as pautas liberais na política, abraçando a ditadura como solução política. Esse sacrifício de sua retórica das liberdades tem como objetivo impedir o avanço do nacional-desenvolvimentismo democrático e garantir uma pauta baseada na modernização das formas de dependência em etapa industrial (Cepêda; Pinto, 2021).

No Brasil, o que se nota não é o enfraquecimento da democracia, ainda jovem e, portanto, não sedimentada, como ocorre nos países europeus. O ponto principal do neoliberalismo no Brasil é a reforma do Estado, que, após um longo período de Ditadura Militar, marcada pela centralização governamental, estava bem distanciado do que o Consenso de Washington impunha aos países da América Latina (Cepêda; Pinto, 2021).

Com uma série de vitórias de governos progressistas na América do Sul, a partir dos anos 2000, na chamada “onda rosa”, o debate público brasileiro passa a considerar a política externa em menções negativas a Venezuela, Argentina e Bolívia. Existe, sobretudo, uma padronização dessas experiências, que se resumiam em categorias de “populismo” e “bolivarianismo⁵” (Chaloub, 2020).

Na imprensa brasileira, sobretudo durante os governos petistas, essa experiência foi generalizada sob o rótulo pejorativo de “esquerda radical”, criando um imaginário regional em que o bolivarianismo operava como ameaça à racionalidade econômica e à democracia liberal. Essa padronização crítica reforçou o distanciamento simbólico do Brasil em relação à América Hispânica. Passou a ser exigido do governo brasileiro uma posição quanto à manutenção de suas relações diplomáticas com os países vizinhos. Ademais, havia uma repetida comparação entre os governos brasileiros e os demais pertencentes ao “Sul Global”, em que o Brasil seguia com medidas moderadas e evitava conflitos (Chaloub, 2020).

Ressalta-se que o governo de Lula ou Dilma não abrangia uma nova ordem constitucional, tal como ocorreu na Venezuela, Bolívia e Equador, e sequer contrapunha os interesses da classe dominante, como o kirchnerismo na Argentina. Contudo, os prognósticos dominantes em mídias de grande circulação era a aproximação do Brasil com o regime venezuelano e cubano, em uma sobrevalorização da força da esquerda latino-americana (Chaloub, 2020). Esse imaginário é essencial para compreender a forma como Paulo Guedes enxerga a América Latina e a projeta em suas colunas.

⁵ A partir da virada do milênio, o surgimento de experiências constitucionais reformistas na Venezuela (1999), Bolívia (2006) e Equador (2008) consolidou o que passou a ser identificado como “bolivarianismo” — termo que, embora originalmente se referisse ao legado emancipatório de Simón Bolívar, foi ressignificado como um projeto político de soberania nacional, redistribuição de renda e democratização da cidadania. Sob liderança de Hugo Chávez e de seus sucessores, o bolivarianismo passou a ser representado por seus críticos como sinônimo de autoritarismo, populismo e estatismo exacerbado. No entanto, como observa Prado (2014), o ideário bolivariano carrega uma longa tradição de contestação à dominação externa e de articulação latino-americana, ainda que frequentemente apropriado por regimes que instrumentalizaram seus símbolos.

3 O MEDO DO BOLIVARIANISMO

Na construção discursiva de Paulo Guedes, a América Latina emerge como categoria geográfica fluida e ideologicamente tensionada. Ao longo de suas colunas, países como Venezuela, Bolívia e Argentina são apresentados como exemplos de fracasso econômico, descontrole estatal e irracionalidade populista. Tais caracterizações não são apenas descrições empíricas, mas cumprem a função simbólica de consolidar uma fronteira ideológica entre o Brasil e seus vizinhos, associando a identidade nacional a atributos de racionalidade, eficiência e liberalismo econômico.

Nos textos de Guedes, o bolivarianismo ocupa lugar central na construção de uma ameaça regional. Representado por líderes como Hugo Chávez (Venezuela, 1999-2013), Evo Morales (Bolívia, 2006-2019), Rafael Correa (Equador, 2007-2017) e, em certos momentos, Cristina Kirchner (Argentina, 2007-2015), esse conjunto de experiências políticas é associado pelo colunista a uma combinação de autoritarismo populista, descontrole econômico e captura do Estado por interesses partidários. O termo “bolivarianismo” não é utilizado de maneira analítica ou historicamente fundamentada, mas como operador discursivo destinado a marcar o que Guedes identifica como o avesso da racionalidade liberal. O economista frequentemente retrata esses regimes como ameaças à estabilidade política e econômica da região, comparando-os a experiências totalitárias do século XX.

A retórica de Guedes se fundamenta na defesa do livre mercado e na rejeição a qualquer forma de intervencionismo estatal. Seu discurso dialoga com uma tradição neoliberal que vê o Estado como um entrave ao desenvolvimento (Hayek, 1977) e que, na América Latina, historicamente vinculou políticas econômicas liberais a regimes autoritários, como no Chile de Pinochet (Dardot *et al.*, 2021). Assim, sua crítica ao bolivarianismo não se limita a uma oposição ideológica, mas se insere em um debate mais amplo sobre a relação entre democracia e mercado na América Latina.

Em “Raízes Do Socialismo Bolivariano” (O Globo, 19/10/2009 e 26/10/2009), Paulo Guedes revela simpatia pela figura de Simón Bolívar e compreensão quanto à solidariedade com os países vizinhos e às oposições de Chávez (Venezuela) em relação à elite corrupta, incompetente e insensível com a miséria. Contudo, teme a tragédia de reengenharia social representada pelo socialismo bolivariano, além de uma possível guerra purificatória com países que se recusarem a aderir ao chavismo, como a Colômbia.

A coluna “Sarkozy” (O Globo, 07/05/2007) exemplifica o pensamento do intelectual público acerca do socialismo. Para ele, trata-se de uma ideologia radical e obsoleta, com vocação totalitária, que possui como única contribuição a solidariedade dada pela ação descentralizada do Estado em uma rede de proteção social. Contudo, apresenta como exceção de sua decadência popular, as “variantes exóticas” do bolivarianismo de Chávez na Venezuela e a boliviana de Morales, como uma “versão neo-indígena, ainda em fase de experimentação”.

Continua o colunista a sua crítica a partir da literatura de Marx, “Bolívar y Ponte”. Guedes acusa o líder inspirador do movimento com o seu nome de ambicionar um comando napoleônico na região, possuindo uma postura covarde, brutal e canalha de um ditador. Marx é descrito pelo colunista como antibolivariano dadas as suas críticas quanto às manobras militares e motivações políticas. O autor alemão seria, para o colunista, radicalmente contra o autoritarismo e atos antidemocráticos de Bolívar⁶.

Para Paulo Guedes, a repetição desse personagem histórico, que representa uma tragédia no passado, seria uma farsa no presente. Ele acusa Chávez (Venezuela) de desorganizar a economia, convocar plebiscito para alterar a constituição, evitar a alternância no poder, refrear os poderes Judiciário e Legislativo, eliminar os partidos opositores, controlar os meios de comunicação, formar milícias armadas e interferir politicamente nos países vizinhos.

O economista brasileiro destaca novamente a farsa do movimento bolivariano em “O maior de todos” (O Globo, 09/12/2013), garantindo que houve o afundamento das instituições políticas, sociais e da economia venezuelana, tal como ocorreu em Cuba. Nesse mesmo ínterim, estaria o governo da Argentina, que teria seu poder revezado apenas por militares e por partidos peronistas.

É perceptível que o maior receio de Guedes está na possibilidade do Brasil abraçar uma forma de governo próxima a de seus vizinhos “bolivarianos”. Ele, em diversos momentos, aponta a falta de resistência cultural brasileira a essa vertente política “perigosa”. Em “América bolivariana” (O Globo, 08/05/2005), Guedes marca um traço que lhe parece comum a toda a elite cultural brasileira e ao governo: o antiamericanismo

⁶ Marx retrata Bolívar como um líder vaidoso, incapaz de comando militar estável, e profundamente autoritário. O ensaio acusa Bolívar de traições políticas (como a prisão de Miranda), de fugas covardes em momentos de confronto, e da imposição de uma ditadura personalista sob o disfarce de republicanismo. Nesse sentido, ao contrário do que se poderia supor, a crítica ao autoritarismo bolivariano, presente em colunas de Paulo Guedes, encontra eco — embora por motivações distintas — na tradição marxista do século XIX. Ver mais em: MARX, Karl. Bolívar y Ponte. *Eikasia - Revista de Filosofia*, n. 8, p. 349-363, 2007.

combinado com a simpatia pelo socialismo populista e “obsoleto” de Chávez (Venezuela) e Fidel Castro (Cuba). Nesse ínterim, o colunista faz questão de ressaltar que esse “preconceito” não marca a cultura do nosso país, pois milhares de brasileiros arriscam a vida para trabalhar nos EUA e não na “América bolivariana”.

O socialismo bolivariano é apresentado como uma doença latina do século XXI em “Socialismo tardio” (O Globo, 20/08/2012). Nela, Guedes anota a concentração de poder político, a estatização da economia e o controle da mídia como “sintomas clássicos de um exacerbado socialismo nacionalista”. Essas características seriam típicas de regimes totalitários, tanto de esquerda, quanto de direita, em um caminho da servidão, em uma clara referência a Hayek.

Na mesma coluna, o brasileiro, inspirado⁷ no livro de Edgar Morin intitulado “Cultura e barbárie europeias”, denuncia Mussolini como socialista, apontando que o movimento na Itália que o elegeu, tal como o da Alemanha hitlerista, chamava-se “nacional-socialismo”. Nesse sentido, o argumento do colunista extrapola⁸ o que é apontado por autores neoliberais. Ao definir socialismo e nazismo, Hayek indica apenas a congruência da extirpação da liberdade: “duas faces da mesma moeda totalitária”. Isso porque ele sugere que o fascismo/nazismo e o socialismo partem, essencialmente, da intervenção do Estado na economia. O autor austríaco, inclusive, chega a declarar que: “apesar de suas boas intenções, a social-democracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão – uma servidão moderna” (Anderson, 1995, p. 9).

Essa crítica a Chávez ganha mais fôlego em “A estética fascista” (O Globo, 12/11/2007), em que o venezuelano é acusado de realizar uma política de massas, apelando para as emoções, de forma próxima ao exposto por Paxton, em “A anatomia do fascismo”. Acusa o Presidente da Venezuela de demonizar o capitalismo internacional e particularmente da liderança econômica americana, o que também seria uma marca do seu fascismo. Baseado na mesma obra, através da coluna “A marcha da insensatez bolivariana”

⁷ Nesse ponto, trata-se apenas de uma interpretação de Guedes sobre o livro de Edgar Morin. Na verdade, o autor francês historiciza Mussolini, que, antes de se filiar ao fascismo, abraçou o socialismo. Inclusive, o anticomunismo/antimarxismo dos regimes implementados na Itália e na Alemanha pelos ditadores citados pelo colunista são apontados por Morin. Ver em: MORIN, E. **Cultura e barbárie europeias**. Coleção Epistemologia e Sociedade. Direção: Antônio Oliveira Cruz. Tradução: Ana Paula de Viveiros. Instituto Piaget, Lisboa, 2007.

⁸ Acerca dessa junção trazida pelo colunista e sua disseminação pelo Brasil, recomenda-se o artigo: MEDEIROS, Gabriel Saldanha Lula de. A ideologia nacional-socialista: o revisionismo e o nazismo de esquerda/The national-socialist ideology: the revisionism and the left-wing nazism. ID on line. **Revista de psicologia**, v. 14, n. 49, p. 17-37, 2020.

(Época, 07/12/2007), enumera os sinais do que ele chama de “estrangulamento da democracia venezuelana”:

Sintoma número 1

O presidente Hugo Chávez brada diante das câmeras de TV: “Foi uma vitória de m...!”. Referia-se à vitória da oposição no plebiscito que rejeitou sua proposta de reforma constitucional.

[...]

Sintoma número 2

Os chefes das Forças Armadas venezuelanas reafirmam seu apoio a Chávez aos gritos de “Pátria, socialismo ou morte!”.

[...]

Sintoma número 3

O fechamento da RCTV e a ameaça de abertura de processo contra a rede de TV CNN por “incentivar seu assassinato”.

[...]

Sintoma número 4

A demonização do capitalismo internacional e particularmente da liderança econômica americana.

[...]

Sintoma número 5

Líder, povo, identidade, poder e Constituição “bolivarianos”.

[...]

Sintoma número 6

Militantes chavistas espancando universitários e opositores.

Esse também é o mote de “Fome de poder” (O Globo, 07/01/2013), em que Guedes revela o culto à personalidade que mantém Fidel (Cuba) e Chávez (Venezuela) no poder, em uma representação tal qual a de Lênin no mausoléu da Praça Vermelha. A degeneração de sistemas políticos “socialistas” ou “bolivarianos” tem como sinal a falta de transparência, que escondeu o estado de saúde dos Presidentes da Venezuela e de Cuba, que é definida como uma medida do “enorme apetite de poder”.

A associação feita por Guedes entre fascismo e bolivarianismo ganha um contraponto na crítica de Dardot *et al.* (2021), que observam como certas práticas autoritárias podem ser incorporadas por regimes neoliberais sem que isso configure fascismo histórico. Embora elementos como culto à personalidade, repressão a opositores e uso seletivo do Estado de Direito sejam recorrentes em experiências neoliberais recentes, esses autores advertem que tal identificação deve ser manejada com cautela conceitual. O risco de analogias apressadas reside em confundir mecanismos autoritários contemporâneos — que operam sob novas formas de governamentalidade — com as características estruturais do fascismo clássico.

Faltariam elementos importantes como a existência de um único partido, a proibição à oposição, e a mobilização das massas em organizações hierárquicas obrigatórias, em

certo corporativismo profissional, além de liturgias de uma religião secular e o ideal de “cidadão-soldado” dedicado completamente ao Estado total, entre outros fatores. Trata-se, portanto, de uma generalização pouco pertinente (Dardot *et al.*, 2021).

O temor que a “doença do socialismo bolivariano” alcance o Brasil é novamente exposto na coluna “A pretensão fatal⁹” (O Globo, 02/01/2006). Guedes reclama que a “solidariedade, por nossa identidade latino-americana” resulta na simpatia e compreensão por figuras como Fidel Castro (Cuba, 1976-2008), Chávez (Venezuela) e Morales (Bolívia). Contudo, adverte que o discurso “socialista populista” não pode ser atribuído ao desenvolvimento econômico e só pode ser defendido por “desonestidade intelectual, ignorância econômica ou cegueira ideológica”. Aqui, mais uma vez, se reitera o argumento acerca do socialismo ser insuficiente para estabelecer a cooperação humana que resulta no progresso civilizatório.

O discurso de Guedes não apenas constrói a América Latina como alteridade política e econômica, mas também como advertência moral dirigida ao público brasileiro. Países como Venezuela e Argentina são apresentados como o futuro que o Brasil deve evitar — não por suas especificidades históricas, mas por simbolizarem, segundo o autor, os efeitos inevitáveis de políticas públicas pautadas pela “irresponsabilidade fiscal”, pelo “estatismo obsoleto” e pela “demagogia distributivista”. Ao transformar essas experiências em alegorias do fracasso, Guedes utiliza a América Latina como espelho deformante que reforça a necessidade de reforma interna.

Essa função pedagógica da alteridade é recorrente em suas colunas. O populismo regional é descrito como patologia contagiosa, cujo avanço deve ser contido mediante reformas preventivas. Trata-se de uma racionalidade discursiva disciplinadora, em que o “mau exemplo latino-americano” opera como dispositivo de normalização: seus erros não apenas justificam a rejeição de determinados caminhos, mas também legitimam a imposição de agendas de ajuste como racionalidade única. Nesse enquadramento, o colunista reforça a ideia de que o Brasil precisa se imunizar contra o continente ao qual pertence, por meio de uma adesão irrestrita ao mercado.

⁹ Ressalta-se que “Pretensão fatal” é também o título da obra de Hayek, em que o austríaco define como ilusão racionalista a ideia de que o Estado é capaz de determinar a princípio a melhor ordem social. Nesse sentido, tece críticas às reformas sociais que fizeram nascer o Estado-providência. Em uma substituição às religiões, as massas esperariam do Estado uma salvação onipotente. A cada reivindicação concedida, um novo movimento em nome da igualdade seria incentivado e o poder estatal enfraquecido (Dardot *et al.*, 2021).

Como argumenta Cepêda (2012), o novo-desenvolvimentismo dos anos 2000 ainda buscava um equilíbrio entre crescimento econômico e justiça social, ancorando-se em uma concepção ampliada de Estado e na ampliação da cidadania. O discurso de Guedes, em contraste, representa a inflexão neoliberal radical, que interpreta tais políticas como ameaças à estabilidade e à liberdade individual. Ao converter o continente latino-americano em metáfora de desordem, o autor legitima não apenas sua crítica externa, mas sobretudo sua visão de política econômica interna, pautada por controle, desregulamentação e autoridade fiscal.

Essa estratégia é funcional à produção de um discurso que, embora apresentado como técnico, está profundamente imbricado em disputas ideológicas. A América Latina, nesse registro, não é uma região a ser integrada, compreendida ou reformada — mas um espectro a ser evitado, contido e combatido. Nesse sentido, a representação da alteridade latino-americana por Paulo Guedes cumpre a função simbólica de justificar uma ruptura com compromissos sociais históricos, redefinindo os termos do que pode ser considerado progresso, ordem e modernidade.

Nota-se assim que o "socialismo bolivariano" é frequentemente descrito como um projeto econômico inviável e politicamente autoritário. Inspirado em Hugo Chávez, Evo Morales e Rafael Correa, esse modelo é caracterizado por uma forte presença estatal na economia e pelo uso do aparato estatal para consolidar o poder político (Cepêda; Pinto, 2021). Para Guedes, essas experiências levam à desorganização econômica, à hiperinflação e à restrição de liberdades individuais, criando um antagonismo com a "democracia de mercado", que ele considera o único modelo capaz de garantir crescimento sustentável.

Além disso, a retórica de Guedes aproxima-se da doutrina do inimigo interno, segundo a qual governos progressistas são representados como ameaças à estabilidade econômica e política (Chamayou, 2018). Essa abordagem é instrumentalizada para deslegitimar alternativas econômicas que não seguem a cartilha liberal, consolidando uma visão binária de desenvolvimento na região.

A utilização da obra de Mises¹⁰ para rebater o socialismo é recorrente, mas frisa-se a coluna "O senhor dos anéis" (O Globo, 15/05/2006), em que Hugo Chávez (Venezuela) e Evo Morales (Bolívia) são descritos como "socialistas, revolucionários, nacionalistas e

¹⁰ São três os livros com as ideias mais citadas: MISES, Ludwig Von. *As Seis Lições*. (e-book). Tradução Maria Luiza Borges. Hayek College. 1979. _____. *Liberalismo segundo a Tradição Clássica*. São Paulo, Instituto Ludwig Von Mises, 2010. _____. *Ação Humana*. Rio de Janeiro, Instituto Liberal, 1990.

estatizantes". A política nos países é definida como uma busca de "poder em nome do amor e da solidariedade".

Essa mesma crítica volta a ser trazida em "A ascensão das massas" (O Globo, 11/03/2007), com trechos de José Ortega y Gasset (1962), para ressaltar a preocupação da perda da autoridade no mundo moderno. Para Guedes, a Revolução Francesa representaria um perigo para a manutenção da democracia, pois ou o regime anterior foi restaurado ou insurgiu a tirania decorrentes do pânico e desorganização social, indicando a ineficiência de uma possível salvação proporcionada pela tradição.

Nesse ponto, o colunista alinha-se tanto a Schumpeter (2017), quanto Ortega y Gasset (1962), pois todos argumentam que foi o fenômeno das massas o responsável pela formação dos sistemas totalitários. Schumpeter (2017) ressalta que os membros de partidos políticos podem ser facilmente transformados em uma massa e levados a um estado de insensatez.

Ao descrever a disputa diplomática entre os presidentes Chávez (Venezuela), Correa (Equador) e Ortega (Nicarágua), de um lado, e Uribe (Colômbia), de outro, Guedes, em "Chipanzés e bonobos" (O Globo, 10/03/2008), sustenta que a "trinca socialista liderada por Chávez" pretende derrubar um governo democrático por meio das Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia). O economista acusa o Equador de "estimular exércitos guerrilheiros em países vizinhos", ainda que reconheça que a crise se iniciou com a invasão da Colômbia, através de uma operação militar, no território equatoriano.

Para o intelectual público, Uribe ameaçaria os interesses de Chávez ao lutar contra o terrorismo paramilitar que expande o "socialismo bolivariano", em que alerta sobre uma possível guerra "entre países pobres como os nossos". Contudo, ressalta o argumento da solidariedade e empatia como uma herança biológica capaz de trazer esperança para a resolução do conflito. O Chile, entretanto, oferece o extremo oposto dos demais países da América Latina para Guedes. O economista não poupa elogios ao país cujo experimento neoliberal antecedeu, inclusive, a própria Europa ou mesmo os EUA.

Tal como Hayek (1977), que, inclusive, é citado na coluna "Não se perde a liberdade de uma vez só" (O Globo, 18/11/2007), a aversão de Guedes a regimes que considera não democráticos mostra-se mais contundente quando observa regimes socialistas. Para ambos, a conciliação do socialismo com a democracia seria utópica e tenderiam a se tornarem regimes ditoriais. Ele os compara, novamente, ao nazismo e fascismo, cuja pretensão foi exatamente deter o avanço do socialismo na Europa, mas se mantendo no mesmo mote que Hayek (1977) agora, seriam "duas faces da mesma moeda totalitária".

É nesse mesmo tom que assume que o governo de Chávez (Venezuela), em “Atropelo bolivariano” (O Globo, 14/01/2013), é “constitucionalmente ilegítimo, ainda que popular”. A maior crítica cinge-se na instalação de um regime fechado na Venezuela e ao atentado às instituições democráticas, que deixam de ser independentes. Para o colunista, o movimento socialista bolivariano abarcaria também Cuba, Bolívia, Equador e Argentina, como citado em “Erro ou ousadia” (O Globo, 29/04/2013) e “Deu errado? ” (O Globo, 10/03/2014).

A contraposição entre democracia e “capitalismo de Estado” aparece em “Deu errado? ” (O Globo, 10/03/2014), pois haveria reflexos econômicos diante da hegemonia de partidos únicos pela América Latina. Enumerando as democracias do Pacífico (Chile, Peru, Colômbia e México), as elogia por aprofundarem sua integração no mercado global através de reformas modernizantes, com elevadas taxas de crescimento. Enquanto isso, o “nacional-socialismo bolivariano”, implementado por Venezuela, Bolívia, Equador e Argentina permanecem em um atraso político, com práticas degenerativas. Neste ponto, defende que suprimir a democracia e praticar o capitalismo de Estado não é o caminho da prosperidade, mas sim a junção de democracia, mercados e políticas públicas de bem-estar social.

Novamente, o colunista parece se espelhar em Hayek (1977), ao descrever o Estado como um empecilho para a implementação da sociedade de mercado. Isso porque ele vê a política como um mercado, que negocia interesses particulares de grupos organizados. Trata-se, para ambos, da imposição de certos grupos de interesses coletivos sobre os interesses reais dos indivíduos. Logo, a explicação estaria restrita ao momento em que a supremacia do direito não mais sustenta as instituições democráticas, sendo essas conduzidas pela “ditadura plebiscitária”.

O incômodo de Guedes parece pairar na ausência de uma manifestação governamental que deixasse claro a oposição ao “bolivarianismo”. Isto é, em suas opiniões, o caminho intervencionista não deve ser apenas evitado pelo país, mas que também deveria ter em sua política interna um posicionamento que demonstrasse a contrariedade quanto à implementação desse regime. Nesse mesmo ínterim, cita novamente uma inversão de valores, quando observa que o objeto de exaltação é o bolivarianismo e de depreciação é Thatcher, na coluna “De santos e tomates” (O Globo, 15/04/2013). As lamentações por Chávez, que havia falecido recentemente, não fazem sentido para Guedes, pois o ex Presidente teria ressuscitado uma ideologia nefasta, deixando o país sem saída. Enquanto desprezo a ex Primeira-Ministra revelaria a ausência do

reconhecimento do resgate dos ingleses realizado por ela. Descreve em sua coluna que, diferente de quando governado por Thatcher, o Reino Unido estaria atolado na utopia do bem-estar social, marcada pelo intervencionismo, sindicalismo, populismo e socialismo.

A distinção entre países “avançados” e “atrasados” permeia o pensamento de Guedes, que recorre a noções evolucionistas para justificar a superioridade de economias abertas e a estagnação de modelos intervencionistas. Guedes dispõe o Brasil em uma posição intermediária entre o “atraso” da América Latina populista e o “progresso” das nações ocidentais desenvolvidas. Essa construção discursiva reforça a ideia do excepcionalismo brasileiro, segundo o qual o país deve se distanciar da América Latina e alinhar-se às economias de mercado mais dinâmicas, como os Estados Unidos e a União Europeia. Contudo, ele ignora os laços históricos e estruturais que unem o Brasil ao restante do continente, reforçando uma barreira ideológica que dificulta a cooperação regional.

Retomando a comparação entre os modelos latino-americanos, o conceito de excepcionalismo brasileiro não é novo. Desde o século XIX, intelectuais como Joaquim Nabuco e Manoel Bomfim já elaboravam discursos que diferenciavam o Brasil de seus vizinhos hispano-americanos (Prado, 1996). Essa tradição discursiva, incorporada pela direita contemporânea, ressalta o modelo norte-americano como referência para o desenvolvimento econômico, rejeitando soluções baseadas em solidariedade regional (Chaloub, 2020).

4 O CHILE COMO UM EXEMPLO A SER SEGUIDO

Paulo Guedes frequentemente apresenta o Chile como um modelo econômico bem-sucedido na América Latina, destacando a implementação de políticas neoliberais desde a ditadura de Pinochet como um caso exemplar de crescimento e estabilidade. Esse argumento, no entanto, ignora as críticas acadêmicas à herança social desse modelo, incluindo a alta desigualdade e a fragilidade do sistema de segurança social chileno.

A concepção econômica de Paulo Guedes é fortemente influenciada pela tradição neoliberal, conforme formulada por autores como Friedrich Hayek (1977) ou Milton Friedman (1982). O conceito de livre mercado como mecanismo autorregulador, a defesa do Estado mínimo e a noção de destruição criativa como motor do progresso econômico são centrais em seu pensamento. Guedes adota a perspectiva de que a intervenção estatal

em setores produtivos gera ineficiência e limita o crescimento econômico, visão alinhada com a Escola de Chicago, onde realizou seu doutorado.

A aplicação do neoliberalismo na América Latina ocorreu, em grande medida, sob regimes autoritários, como o de Pinochet no Chile (1973-1990). O modelo chileno promoveu amplas privatizações, desregulamentação do mercado e a redução drástica do papel do Estado na economia (Dardot *et al.*, 2021). A narrativa de Guedes sobre o Chile como um “caso de sucesso” desconsidera, no entanto, as críticas à precarização social decorrente das reformas e à manutenção de desigualdades estruturais (Chamayou, 2018).

A disputa entre desenvolvimentismo e neoliberalismo no Brasil configura-se como um dos eixos estruturantes da clivagem ideológica que marcou a economia política latino-americana ao longo do século XX e adentrou o século XXI. O desenvolvimentismo, particularmente em sua vertente nacional, constituiu-se como projeto político e econômico orientado pela intervenção estatal, pelo planejamento e pela superação do subdesenvolvimento via industrialização, diversificação produtiva e redistribuição social. Trata-se de um paradigma historicamente situado, vinculado à crítica da dependência periférica e ao diagnóstico de que as economias latino-americanas não se desenvolveriam espontaneamente por meio das forças de mercado – tese central nos trabalhos de Celso Furtado, Roberto Simonsen e nas formulações da CEPAL (Cepêda, 2012; 2018).

Como observa Cepêda (2012), o desenvolvimentismo constitui uma "mudança social sistêmica, orientada e sustentada politicamente", que parte do reconhecimento do atraso estrutural e da necessidade de uma ação estatal planejada e racional para superá-lo. Em oposição, o neoliberalismo passou a ganhar espaço a partir dos anos 1970, difundido como alternativa às crises fiscais dos Estados desenvolvimentistas e sustentado por uma retórica de mercado autorregulado, desregulamentação e redução do papel do Estado. A experiência chilena sob Pinochet, implementada à força por meio da atuação dos Chicago Boys, converte-se, nesse contexto, em modelo emblemático de aplicação do receituário neoliberal em regimes autoritários (Cepêda, 2012; 2018).

Ao evocar esse paradigma como referência positiva, o colunista converte o Chile em paradigma de um liberalismo autoritário que dissocia crescimento econômico de inclusão social e de compromisso democrático. Retoma-se aqui o fato de que Paulo Guedes foi treinado na Universidade de Chicago, principal centro de difusão da doutrina neoliberal nos Estados Unidos, e atuou brevemente como professor visitante na Universidade do Chile, durante a ditadura de Augusto Pinochet (1973–1990). Ainda que sua passagem pelo país

tenha sido de curta duração e sem envolvimento direto na formulação de políticas públicas (Gaspar, 2018), tem nela um marco de consagração de seus ideais.

É o que descreve o próprio Guedes em sua coluna “Descontrolado” (Globo, 29/04/2011). O economista brasileiro relata que “havia elaborado modelos macroeconômicos em que as falhas do mercado eram corrigidas por políticas públicas”, atitude que descreve como um sacrilégio em meio ao que considerava “o melhor Departamento de Economia em todo o mundo”. Ao citar o Chile durante sua ditadura, evita qualquer crítica ao regime, limitando-se a exaltar a liberdade econômica, a consagração dos valores neoliberais e o crescimento acelerado obtido naquele período.

Anota-se que o discurso do colunista novamente se aproxima de Hayek. O economista austríaco, ao ser questionado sobre a ditadura chilena, já havia expressado pensamento semelhante ao entender a desnecessidade de um regime democrático a prima vista. Tem-se em seus ideais que a liberdade econômica estaria sempre em primeiro plano e, se não era possível estabelecê-la sem um regime autoritário, a democracia não se demonstraria primordial (Chamayou, 2018).

Nesse ponto, importa ressaltar que a intervenção estatal não é o problema a ser combatido. Ao observarem as primeiras experiências de governo neoliberal, Dardot *et al.* (2021) demonstram que o intervencionismo estatal é a regra para sua aplicação. Ao contrário das prescrições de Friedman, a junta militar chilena foi um Estado intervencionista de grande eficiência. Essa forma de “liberalismo autoritário”, sob o argumento da necessidade de “desestatização”, utiliza-se do direito para manter a ordem de mercado dentro do próprio Estado, assim como estender a sua lógica a todas as relações sociais.

Chamayou (2018) revela que a experiência chilena teve como prática recorrente a tortura no interrogatório dos prisioneiros políticos, o desemprego de trabalhadores por razões políticas, muitos reduzidos a miséria, detenções arbitrárias, execuções, entre outras violações a direitos fundamentais. Contudo, Pinochet foi homenageado por Friedman e Hayek. O “ditador liberal” era tido como um “mal menor”, que será apenas transitória até concluir sua tarefa. A livre escolha deveria se concentrar no mercado e não em um procedimento político, como a democracia.

Ressalta-se a contradição mais recorrente do neoliberalismo. A necessidade da função do Estado como interventor, planejando e organizando, no contexto da democracia liberal, impedindo uma democracia ilimitada (totalitária). Continua, entretanto, a sua função política limitada, sem jamais poder cercear a liberdade econômica do capital (Chamayou, 2018). Trata-se de um alicerce constitutivo neoliberal, que desde a Sociedade Mont-

Pèlerin¹¹ (1981) foi consagrado pelos seus principais representantes de diversas correntes mundiais. Todos eles denunciavam o “perigo democrático”, enquanto admiravam a nova ordem instaurada por Pinochet. Era uníssona a ideia de que a democracia é uma possível ameaça para a liberdade e a civilização. A conclusão pela necessidade de um regime não democrático ressoa na caracterização da tomada do poder pelos militares chilenos como “justificada e inevitável” (Dardot *et al.*, 2021).

Carlos Francisco Cáceres¹² sequer via como possível o retorno a um “regime democrático ilimitado”, pois esse teria sempre como consequência a “demagogia e decomposição moral”. Não se tratava de um Estado fundado sobre os direitos humanos essenciais ou cuja função fosse resguardar o bem comum. Disposto a estabelecer o Chile como paradigma histórico, inspirado pelas ideias de Hayek, estaria deixando para trás um país vítima de um parlamentarismo, de uma política próxima ao coletivismo, para ser salvo por um golpe violento que estabeleceria as condições políticas e constitucionais da liberdade (Dardot *et al.*, 2021).

O antidemocratismo é uma questão central da sua teoria impedir a realização da democracia, pois é vista como o centro do grande perigo para as sociedades, o “coletivismo”, razão pela qual é constantemente deslegitimada. A “democracia de massa” é uma prática política a ser neutralizada. A demofobia neoliberal pode ser vislumbrada nos planos teórico e governamental e é capaz de justificar e legitimar a violência desde que salve a ordem concorrencial (Dardot *et al.*, 2021).

O rígido controle da soberania popular é apresentado como uma medida essencial para evitar o “Estado total”, que estende sua ingerência a todas as esferas da vida para atender os grupos de interesse (privilegiados) que dele dependem. Isto é, quando saldos eleitorais ou mobilizações populares põem os preceitos do mercado livre em risco. Contudo, a sua forma limitada é amplamente aceita (Dardot *et al.*, 2021).

¹¹ A Sociedade Mont-Pèlerin (Mont Pèlerin Society – MPS), fundada em 1947 por Friedrich Hayek, reuniu economistas, filósofos e intelectuais liberais comprometidos com a defesa do livre mercado e da ordem espontânea diante do avanço do keynesianismo e do socialismo. Em 1981, a MPS realizou uma de suas reuniões anuais em Viña del Mar, no Chile, durante a ditadura de Augusto Pinochet. A escolha do país como sede foi interpretada como um gesto de apoio simbólico e ideológico ao programa neoliberal implantado pelo grupo de economistas conhecidos como Chicago Boys, formados na Universidade de Chicago e responsáveis pelas reformas de liberalização, privatização e austeridade iniciadas em 1975. A presença de intelectuais como Milton Friedman e Friedrich Hayek consolidou o Chile como vitrine internacional do “neoliberalismo autoritário” e marco da colaboração entre tecnocracia econômica e regimes de exceção (Harvey, 2005; Dardot *et al.*, 2021).

¹² Membro da Sociedade Mont-Pèlerin, que ocuparia o cargo de presidente do Banco Central do Chile (1982-1983) e de Ministro da Fazenda (1983-1984).

O sufrágio universal torna possível a massas se apropriarem do poder do Estado, tomando para si os poderes públicos e suprindo o problema da produção de riqueza pela reivindicação contígua da repartição entre as classes menos beneficiadas. Com isso, há o empobrecimento do Estado, com anarquia ou demagogia socialista, que só pode ser defendido pelo poder ditatorial (Dardot *et al.*, 2021).

Em “Chile: construindo uma sociedade aberta” (O Globo, 16/01/2006), Guedes celebra o país como um caminho a ser seguido, observadas as o modelo econômico liberal implementado pelos economistas advindos da Universidade de Chicago. Dessa forma, os chilenos conseguiram uma alta taxa de crescimento dada pela:

[...] integração competitiva na ordem econômica globalizada, a austeridade fiscal, o banco central independente, o câmbio flexível, as reformas da legislação trabalhista e da previdência e a concentração de gastos públicos nas funções críticas do Estado (segurança, saúde, educação) e na remoção das desigualdades sociais (foco na remoção da pobreza e na promoção da igualdade de oportunidades) [...]

Para Guedes, portanto, a diferença entre o crescimento do Brasil e do Chile não seria contingente ao regime político adotado por cada um, já que ambos, naquele momento, já tinham passado pela redemocratização. O ponto chave do governo chileno seria a adoção das medidas liberais que permitia que a esquerda do país apenas corrigisse as desigualdades, sem afetar o processo de criação de riqueza.

O modelo econômico liberal do Chile, “arquitetado por economistas de Chicago” é novamente reiterado na coluna “Nos trilhos da Grande Sociedade aberta” (O Globo, 18/01/2010). O seu sucesso econômico seria o resultado da junção de sua integração na ordem econômica mundial, austeridade fiscal, independência do banco central, câmbio flexível e redução da atuação do Estado através das privatizações, gastos públicos em funções críticas, deixando a remoção das desigualdades sociais a cargo a cargo da promoção de igualdade de oportunidades.

Para o colunista, a discussão eleitoral do Chile teria passado apenas para “a dosagem da ação social do Estado na remoção das arestas deixadas pelo mercado”, mantendo-se o modelo econômico liberal, inclusive pelos partidos de esquerda. Nesse ponto, ele admite que a socialdemocracia atenua as desigualdades de oportunidades através das políticas públicas, desde que não ameace o processo de criação de riqueza.

O resultado eleitoral chileno demonstra, para Guedes, que, na oportunidade em que a “fossilização da política, a estagnação da economia e a interrupção da dinâmica da mobilidade social” foi observada, os eleitores chilenos conscientes inclinam-se para a

eficiente liberal-democracia. O regime de Sebastián Piñera, então presidente eleito do Chile (2010-2014), teria em sua vitória nas urnas a representação da ascensão de um perfil empresarial e liberal ao poder após o governo de Michelle Bachelet. A eleição de Piñera simbolizava, para o colunista, a possibilidade de um ciclo de modernização econômica com menor presença estatal, nos moldes do que ele próprio defendia para o Brasil.

O elogio ao Presidente chileno também está presente em “De Chávez a Piñera” (O Globo, 25/01/2010). Contrapondo-o com Fidel, em Cuba, e Hugo Chávez, na Venezuela, admite que há dois extremos no espectro político da América Latina. Sem a classificação entre “direita” e “esquerda”, acredita em um conceito evolucionário para a construção de um capital institucional moderno. Trata-se, para Guedes, de uma alternativa aos socialistas e socialdemocratas, que repetem erros do passado, representando Piñera como o caminho certo para a construção da “Grande Sociedade Aberta¹³”.

O governo de Sebastián Piñera, especialmente diante do levante popular iniciado em 18 de outubro de 2019 (o *estallido social*), exemplifica uma forma de democracia esvaziada pela racionalidade neoliberal. Esse modelo se caracteriza pela despolitização das decisões econômicas, pela constitucionalização do direito privado e pela produção de uma “democracia protegida” — expressão que remete à tentativa de isolar o sistema democrático das pressões populares e dos conflitos sociais. A reação de Piñera ao movimento, marcado por sua horizontalidade e potência popular inédita, foi declarar “estado de guerra” contra um “inimigo poderoso”, instaurando uma resposta estatal violenta e repressiva (Dardot *et al.*, 2021; Chamayou, 2020).

Tal reação revela não apenas a fragilidade do modelo institucional herdado da ditadura de Pinochet, mas também a profundidade da lógica neoliberal em operação: quando ameaçado, o regime não hesita em mobilizar o aparato repressivo para garantir a continuidade da dominação de classe. Mesmo após a vitória popular que levou à convocação de uma nova constituinte, a captura institucional do processo pelos partidos estabelecidos e a rejeição posterior do novo texto constitucional simbolizam o esvaziamento político e a restauração do status quo (Dardot *et al.*, 2021; Chamayou, 2020).

¹³ A expressão “Grande Sociedade Aberta” é utilizada por Paulo Guedes para designar um ideal normativo de sociedade baseada na liberdade de mercado, na meritocracia e na eficiência econômica, concebida como oposta ao que ele identifica como “populismo latino-americano”. Nesse discurso, a “Grande Sociedade Aberta” não é apenas um horizonte desejável, mas uma alternativa ideológica ao bolivarianismo e às experiências de socialdemocracia distributiva, servindo como matriz simbólica para o projeto de reforma neoliberal que Guedes defende para o Brasil.

Logo, ainda que Guedes aponte o Chile como modelo bem-sucedido de reformas liberais, a eclosão dos protestos de 2019 contra o sistema previdenciário chileno evidencia as limitações sociais desse modelo. O contraste entre a narrativa do colunista e a realidade social chilena oferece subsídios críticos à análise das representações sobre a América Latina. A narrativa de Guedes reflete uma visão neoliberal clássica, que prioriza a liberdade econômica em detrimento da participação democrática, em conformidade ao que é exposto por Friedman (1982).

Sua defesa do modelo chileno alinha-se com a concepção de que a estabilidade econômica deve preceder a democratização, justificando, em alguns casos, a necessidade de governos autoritários para a implementação de reformas de mercado. Essa exaltação ao Chile, portanto, deve-se às reformas neoliberalizantes adotadas pelo país desde Pinochet, o que coaduna com a sua própria trajetória.

A contraposição discursiva entre Brasil e América Latina, embora contraditória em alguns momentos, é operada mediante estratégias recorrentes: o elogio ao Chile como modelo de sucesso neoliberal; a crítica sistemática ao bolivarianismo como sinônimo de autoritarismo e colapso econômico; e a invocação de figuras como Margaret Thatcher, Ronald Reagan e Milton Friedman como paradigmas da racionalidade que deveriam inspirar o país. Como observa Maria Ligia Coelho Prado (2001), o Brasil historicamente oscilou entre a identificação e o distanciamento em relação à América Latina, situando-se em uma posição ambígua. Guedes se insere nessa tradição ao reforçar uma imagem de excepcionalismo brasileiro que, ao mesmo tempo em que compartilha uma história regional, busca diferenciar-se por meio da adoção de um modelo econômico ocidentalizado.

Essa construção de alteridade política revela uma racionalidade seletiva: o Chile é elogiado não por ser latino-americano, mas por ter supostamente superado os vícios atribuídos à região ao adotar precocemente as reformas de mercado. Já os demais países, especialmente aqueles associados à esquerda populista, são utilizados como alertas morais e econômicos. Nessa lógica, a América Latina funciona como espelho invertido: sua desorganização serve para projetar sobre o Brasil uma missão redentora — a de liderar uma inflexão liberal baseada na responsabilidade fiscal, no controle da inflação e na meritocracia econômica.

Essa estratégia discursiva encontra eco na literatura crítica sobre o neoliberalismo latino-americano, que aponta a articulação entre reformas de mercado e regimes autoritários (Dardot; Laval, 2016). Guedes, ao apresentar o Chile pinochetista como exemplo bem-sucedido de modernização, mobiliza uma narrativa que dissocia eficácia

econômica de compromisso democrático, reiterando uma visão tecnocrática de Estado. Essa dissociação é central para a construção de um discurso que legitima reformas impopulares como soluções técnicas e inevitáveis.

5 UMA UNIÃO DESEJÁVEL PARA O BRASIL

Após reiteradas críticas às experiências políticas e econômicas da América Latina, Guedes surpreendentemente propõe um modelo de integração regional baseado na criação de uma moeda única — o “peso-real”. Inspirado no euro europeu, esse projeto não contradiz sua retórica seletiva: ele reflete uma visão hierárquica da região, em que o Brasil assumiria a liderança tecnocrática de uma convergência fiscal e monetária conduzida sob os preceitos do mercado. Assim, mesmo a integração econômica é concebida como instrumento de disciplinamento e racionalização neoliberal.

É o que se pode anotar da coluna “Mergulho no passado” (O Globo, 08/05/2006), em que Guedes revela acreditar na integração econômica global como ponto chave da América Latina. Ao se deparar com a notícia da nacionalização das operações de gás e petróleo da Bolívia, aduz que a atitude cultural da região é de negação e resistência quanto ao “papel do Estado ser relativamente modesto a assuntos sociais”.

Com a rejeição da integração via Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)¹⁴ pelo Brasil, descrita como uma rejeição moral dos intelectuais brasileiros pela cultura norte-americana, há uma nova comparação entre Chile e Brasil em “Sem fôlego” (O Globo, 22/01/2007). Para o colunista, os chilenos estariam à frente na formulação de suas políticas públicas, em que recusam acordos econômicos por possuir fornecedores mais eficientes, não bastando os ganhos pelo aumento do comércio regional. Esses acordos bilaterais, em sua visão, esvaziariam o potencial ganho através do Mercosul.

Esse modelo de integração, no entanto, confronta-se com uma tradição crítica consolidada na política externa brasileira. Camargo (2002) descreve essa rejeição como

¹⁴ A Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) foi uma proposta liderada pelos Estados Unidos, lançada formalmente em 1994 durante a Cúpula das Américas em Miami, com o objetivo de criar uma zona de livre comércio que abrangesse todos os países do continente americano, exceto Cuba. O projeto previa a eliminação gradual de tarifas, barreiras comerciais e restrições ao investimento entre os 34 países participantes. Contudo, a ALCA enfrentou forte resistência de setores sociais e políticos na América Latina, que viam como uma forma de aprofundamento da dependência econômica e da hegemonia dos Estados Unidos sobre a região. No Brasil, a rejeição à proposta consolidou-se sobretudo durante o governo Lula (a partir de 2003), sendo interpretada, por intelectuais como Paulo Guedes, como uma recusa ideológica influenciada por ressentimento cultural ou moral em relação ao modelo norte-americano.

resposta à “sedução assimétrica” proposta pelos EUA, em que o livre comércio seria implementado sem garantias de desenvolvimento equitativo. Guimarães (2008), por sua vez, defende um modelo de integração voltado à autonomia regional em um mundo multipolar, ressaltando que a integração latino-americana deveria partir do fortalecimento político dos Estados e não da submissão a padrões externos de competitividade.

Além disso, o processo de formulação da política externa brasileira nos anos 2000, como mostram Faria (2008) e Santana (2001), foi fortemente influenciado por grupos de interesse e pela sociedade civil organizada, o que dificultou a adoção de propostas neoliberais homogêneas, como a defendida por Guedes. A rejeição à ALCA, portanto, não foi apenas “moral” ou “ideológica”, como afirma o colunista, mas resultado de disputas internas legítimas sobre o modelo de desenvolvimento desejado para o país.

A integração do bloco econômico sul-americano reaparece em “O peso-real e as reformas” (O Globo, 14/04/2008). Para Guedes, a ausência de avanços nas reformas demonstra que os governos socialistas e socialdemocratas instalados na América Latina aprisionam a região em uma visão de mundo equivocada. Em um avanço contínuo dos gastos sociais, para ele, recusam-se a realizar as mudanças necessárias nas instituições obsoletas, que obstruem a melhoria das condições de vida da população. O peso-real, moeda única latino-americana, meta da integração continental que o colunista acredita, seria a chave para o início do ciclo de reformas. Os países convergiriam, a partir de sua adoção, quanto às políticas tributárias, trabalhistas e previdenciárias, dando início a uma dinâmica de crescimento.

Ainda sobre o Mercosul, escreve “O eixo da integração continental” (O Globo, 20/08/2010), em que acredita na integração latino-americana através da adoção do “peso-real”, a ser adotada como parte da modernização institucional de toda a região. Continua o raciocínio em “Lula 3: a missão” (O Globo, 23/08/2010), em que o Presidente, já reeleito, deveria se concentrar na integração econômica continental rumo ao peso-real. Segundo Guedes, a recuperação econômica de Argentina e Venezuela exigiria distanciamento de políticas que, em sua visão, estão afundadas na demagogia Kirchner e Chávez. O papel do Brasil na união da moeda seria equivalente ao da Alemanha, enquanto a Venezuela ocuparia a posição da Grécia. A desvalorização do peso-real, dadas as políticas de Chávez, tornaria o nosso país ainda mais competitivo.

Nesse sentido, o “peso-real” se insere como um projeto tecnocrático de padronização institucional subordinada ao mercado, baseado na crença de que a adoção de uma moeda comum forçaria os países latino-americanos a realizarem reformas estruturais compatíveis

com a racionalidade neoliberal. Guedes aposta que, com a moeda única, haveria convergência em políticas fiscais, trabalhistas e previdenciárias, alavancando a competitividade regional. O intelectual público não toma o cuidado para não fazer do neoliberalismo um modelo econômico “desprovido de toda singularidade nacional”. Sem se preocupar com as reais condições da América Latina, ignora o processo de adaptação às condições dadas em cada país para estabelecer essas posições (Dardot *et al.*, 2021).

Em “Alívio e esperança” (O Globo, 18/06/2012) Guedes elogia o Acordo de Antofagasta, que dá início à Aliança do Pacífico, representada por México, Colômbia, Peru e Chile, cuja prescrição circundaria sobre a “livre circulação de mão de obra, de capitais, de bens e serviços, além da integração de redes educacionais”. O colunista a contrapõe ao Mercosul (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai), que estaria preso em disputas tarifárias e combates comerciais de menor importância, afundado no “socialismo bolivariano”.

Como principal mote, anota-se que a aplicação das prescrições econômicas neoliberais e políticas de austeridade estendeu-se por todos os discursos. Esse afunilamento de direitos sociais, que passam a ser mercantilizados, faz com que o discurso de Guedes tenha ainda mais força. O que pretende é uma modificação que eliminate por completo o peso (financeiro) do Estado, da sociedade na economia.

A proposta de criação do peso-real, concebida por Guedes como símbolo de modernização e estabilidade regional, expressa, na verdade, uma lógica de integração subordinada ao ideário neoliberal. Embora inspirada no modelo do euro, sua aplicação à realidade sul-americana ignora diferenças estruturais cruciais e carece de mecanismos compensatórios robustos, como os que existem na União Europeia. Nesse sentido, longe de promover solidariedade regional, o projeto revela-se como um dispositivo de hegemonia e padronização institucional que reforça a assimetria entre os países do bloco (Dardot *et al.*, 2021).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos discursos de Paulo Guedes enquanto colunista revela um imaginário sociopolítico que reforça a distinção entre Brasil e América Latina, destacando o país como um ator potencialmente alinhado às economias de mercado mais desenvolvidas. Esse posicionamento não é meramente discursivo, mas carrega implicações concretas para a política econômica brasileira e para suas relações internacionais na região.

A insistência de Guedes na excepcionalidade brasileira e sua aversão ao "socialismo bolivariano" moldam uma perspectiva que favorece um alinhamento do Brasil com países que adotam políticas de livre mercado, como Chile e México, e uma postura de distanciamento ou antagonismo em relação a economias que incorporam políticas desenvolvimentistas e de maior intervenção estatal. Essa visão influencia o desenho das relações diplomáticas e comerciais do Brasil com seus vizinhos sul-americanos, promovendo uma abordagem mais seletiva e menos integracionista dentro do Mercosul.

Além disso, a proposta de Guedes de uma moeda única regional, o "peso-real", embora apresentada como uma estratégia de fortalecimento econômico, reflete sua intenção de consolidar a posição dominante do Brasil dentro do bloco, nos moldes da Alemanha na União Europeia. No entanto, essa concepção limita-se a uma certa dominância financeira brasileira, desconsiderando as assimetrias estruturais entre os países latino-americanos, bem como os desafios históricos, especialmente sob a ótica social.

A exaltação do Chile como modelo ideal reflete não apenas a trajetória acadêmica de Guedes como um Chicago Boy, mas também uma concepção neoliberal de desenvolvimento que minimiza os impactos sociais da liberalização econômica. Sua visão prioriza a estabilidade de mercado e a atração de investimentos estrangeiros, muitas vezes em detrimento do fortalecimento de instituições democráticas e de políticas de redução da desigualdade social.

Essas narrativas não apenas sustentam um discurso econômico que molda a política brasileira, mas também impactam sua posição geopolítica na América Latina. A adesão a uma visão que opõe "ordem" e "progresso" brasileiros ao "caos" latino-americano reforça barreiras ideológicas e políticas que dificultam uma integração regional mais profunda e sustentável. Em um cenário global em que blocos econômicos ganham relevância estratégica, essa postura pode enfraquecer a influência do Brasil, limitando sua capacidade de liderar iniciativas regionais que promovam o desenvolvimento conjunto.

O estudo do discurso de Guedes contribui para a compreensão da construção de imaginários políticos e econômicos na América Latina contemporânea. Ao evidenciar as tensões e contradições em sua visão sobre a região, este artigo oferece uma reflexão crítica sobre os impactos dessas narrativas no debate público e na formulação de políticas para o continente.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. & GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9.

BAGGIO, Kátia. As viagens, seus relatos e os intercâmbios intelectuais entre brasileiros e hispano-americanos. IN: FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira Fernandes. **História da América: historiografia e interpretações**. Ouro Preto: EDUFOP/PPGHIS, 2012.

BOMFIM, M. **A América Latina: males de origem** [online] (1905). Rio de Janeiro: Centro Edelstein. de Pesquisas Sociais, 2008.

CAMARGO, Sonia de. O canto da sereia: América Latina perante a Alca. **São Paulo em Perspectiva**, v. 16, p. 94-104, 2002.

CEPÊDA, Vera Alves. A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, p. 40-74, 2018.

CEPÊDA, Vera Alves; PINTO, Gustavo Louis Henrique. A teoria do subdesenvolvimento e o projeto desenvolvimentista de Celso Furtado: reflexões sobre os limites do liberalismo. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, p. 135-155, 2021.

CEPÊDA, Vera Alves. Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo: um balanço histórico. **Estudos avançados**, v. 26, p. 77-90, 2012.

CHALOUB, J. A América Latina como outro: um discurso da direita brasileira. **Agenda Política**, v. 8, n. 1, 2020.

CHALOUB, J. A economia política dos bacharéis udenistas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, p. 1-18, 2017.

CHALOUB, J; PERLATTO, Fernando. Intelectuais da “nova direita” brasileira: ideias, retórica e prática política. **Anpocs**, 2015.

CHALOUB, J. A nova direita brasileira: ideias, retórica e prática política. **Revista Insight Inteligência**, n.72, 2016.

CHALOUB, J. LIMA; Pedro. Apresentação: direitas no Brasil contemporâneo. **Teoria e cultura**, v. 13, n. 2, 2018.

CHAMAYOU, G. **La société ingouvernable**. Une généalogie du libéralisme autoritaire. Paris, La fabrique, 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo. Boitempo editorial, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian *et al.* **A escolha da guerra civil**: uma outra história do neoliberalismo. Editora Elefante, 2021.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, p. 80-97, 2008.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

GASPAR, Malu. **O fiador**: a trajetória e as polêmicas do economista Paulo Guedes, o ultraliberal que se casou por conveniência com Jair Bolsonaro. **Revista Piauí**, 144, 2018.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. O mundo multipolar e a integração sul-americana. **Temas & Matizes**, v. 7, n. 14, p. 58-72, 2008.

HAYEK, Friedrich. **O Caminho para a servidão**. Porto Alegre, Editora Globo, 1977.

HAYEK, Friedrich. **Direito, Legislação e Liberdade**. Vol. 3, Visão, 1985.

MARX, Karl. Bolívar y Ponte. **Eikasia - Revista de Filosofia**, n. 8, p. 349-363, 2007.

MEDEIROS, Gabriel Saldanha Lula de. A ideologia nacional-socialista: o revisionismo e o nazismo de esquerda/The national-socialist ideology: the revisionism and the left-wing nazism. ID on line. **Revista de psicologia**, v. 14, n. 49, p. 17-37, 2020.

MISES, Ludwig Von. **As Seis Lições**. (e-book). Tradução Maria Luiza Borges. Hayek College. 1979.

MISES, Ludwig Von. **Liberalismo segundo a Tradição Clássica**. São Paulo, Instituto Ludwig Von Mises, 2010.

MISES, Ludwig Von. **Ação Humana**. Rio de Janeiro, Instituto Liberal, 1990.

MORIN, Edgar. **Cultura e barbárie europeias**. Coleção Epistemologia e Sociedade. Direção: Antônio Oliveira Cruz. Tradução: Ana Paula de Viveiros. Instituto Piaget, Lisboa, 2007.

ORTEGA Y GASSET, José. **A rebelião das massas**. Tradução de Herreira· Filho. 2º edição. Rio de Janeiro: Ibero-American, 1962.

PAXTON, Robert O. **Anatomia do fascismo**. Paz e Terra, 2023.

PRADO, Maria Ligia Coelho. O Brasil e a distante América do Sul. **Revista de História**, n. 145, p. 127-149, 2001.

PRADO, Maria Ligia Coelho. **Ensaios sobre Política e Cultura na América Latina do Século XIX**. Trabalho de Livre-Docência. São Paulo: Departamento de História - FFLCH - USP, 1996, p. 5.

PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2014.

PRADO, Eduardo. **A ilusão americana** (1894). São Paulo: Edusp, 2000.

SCHUMPETER, Joseph A. Capitalismo, socialismo e democracia. **SciELO**-Editora UNESP, 2017.

SCHUMPETER, Joseph . **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, série "Os economistas", 1982.

ROJO, Sebastián Andrés Rumié. **Chicago Boys in Chile**: neoliberalism, expert knowledge, and the rise of a new technocracy. *Revista mexicana de ciencias políticas y sociales*, v. 64, n. 235, p. 139-164, 2019.

SANTANA, Helton Reginaldo Presto. Grupos de Interesse e a Política Externa Brasileira para a ALCA. **Contexto internacional**, v. 23, n. 1, p. 167, 2001.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. SciELO-Editora UNESP, 2017.

NOTAS

HISTÓRICO

Recebido em: 26/03/2025

Aprovado em: 26/05/2025

Publicado em: 19/08/2025

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional \(CC BY\)](#). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

